

Desafios diante das novas conjunturas e propostas educacionais: um olhar reflexivo sobre a condição brasileira.

Challenges before new context and educational alternatives: a reflective view in the Brazilian case.

Rodrigo Roratto, Loiva¹ Isabel Chansis² & Helenise Sangoi Antunes³

Fecha de Recepción: 01-09-2020 – Fecha de Aceptación: 02-06-2021

Resumo

Este artigo objetiva uma reflexão a respeito da importância da Educação e do professor, professora enquanto sujeitos de mediação e de responsabilidades pelos processos de ensino e aprendizagem de crianças e jovens. Tem como finalidade, a reflexão frente a nova conjuntura e debates acerca da Educação, do papel da Educação e processos de aprendizagens, diante dos decretos e propostas de Educação Domiciliar, que secundariza o papel do professor no contexto educacional e propõe uma velha concepção de Educação, que tem como centro da finalidade da Educação preparar sujeitos competitivos e individualistas para o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo que oportuniza maior vulnerabilidade da criança de 0 a 5 anos de idade no que se refere a violência familiar, abuso sexual e assédio moral. Esta afirmação fundamenta-se nos estudos de violência contra a infância, através do Programa “Estado que Protege” (...) financiado SECAD/MEC, que aponta que a criança sofre violência justamente da pessoa que ela mais confia: a uma família e /ou pessoa de sua confiança. Por isto defendemos a educação da criança na escola. Pois, neste espaço ela aprende a conviver com as diferentes realidades e sentem-se protegidas neste espaço institucionalizado, chamado escola. Além disso, acreditamos que as políticas públicas não podem transformar o professor em um tecnólogo/técnico da educação, haja vista seu papel social fundamental na sociedade atual para não simplesmente anteder aos interesses mercadológicos.

Palavras-chave: Educação domiciliar; Formação; Processos de aprendizagens.

Abstract

This article aims at reflecting on the importance of Education and the teacher, as a subject of mediation and responsibility for the teaching and learning processes of children and young people. Its purpose is to reflect on the new conjuncture and debates about Education, the role of Education and learning processes, before the decrees and proposals of Home Education, which secondarily

¹ Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul. roratto_rs@hotmail.com. Brasileira.

² Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul loivai@ufsm.br. Brasileira.

³ Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul. professora@helenise.com.br. Brasileira.

Cómo citar: LOIVA, RORATTO, R, CHANSIS, I & SANGOI ANTUNES, H. (2021). Desafios diante das novas conjunturas e propostas educacionais: um olhar reflexivo sobre a condição brasileira. *Revista de Geografia Espacios*, 11(21), p. 78-90. DOI 10.25074/07197209.21.1772.

the role of the teacher in the educational context and proposes an old concept of Education, which focuses on the purpose of education to prepare competitive and individualistic subjects for the labor market. At the same time, it gives greater vulnerability to the 0-5 year old child in relation to family violence, sexual abuse and bullying. This statement is based on studies of violence against children through the "Protecting State" Program (...) funded by SECAD/MEC, which points out that the child suffers violence roratto_rs@hotmail.com

precisely from the person he or she trusts: a family and / or person you trust. That is why we defend the education of the child in school. For in this space she learns to live with the different realities and feels protected in this institutionalized space, called school.

Introdução

A atual conjuntura política, social e educacional do Brasil vem apontando para um retrocesso, traduzido em decretos e projetos de Educação que se afasta de uma visão de mundo, sociedade, cidadãos para demarcar uma visão de pensamento único e sujeitos enjaulados no seu próprio espaço, meio e assim, oportunizando e fortalecendo uma educação técnica e competitiva. Este artigo, tem como finalidade refletirmos sobre a nova (ou velha) conjuntura que tem se apresentado e que remete uma preocupação para os debates travados e revelados acerca da Educação, do papel da Educação e processos de aprendizagens, diante dos decretos e propostas do poder instituído. Exemplificando podemos citar PLS 28/2018 que trata da educação domiciliar, que tem como alvo principal, reduzir a importância do professor, secundarizando o papel do professor no contexto educacional e propõe uma nova (velha) metodologia de aprendizagens e de concepção de Educação. O presente artigo está organizado em quatro capítulos: O primeiro capítulo trata de uma breve introdução falando sobre a temática que será desenvolvida, o segundo abordará as propostas de Educação do atual governo e o terceiro capítulo abordará as concepções de Educação, sujeito numa perspectiva de educação mercadológica e das consequências destas concepções na formação dos sujeitos e o quarto capítulo situa a formação na perspectiva de ensino superior, a formação nas Universidades.

A escola é o espaço riquíssimo de trocas, de possibilidades de aprendizagens, de conhecimentos e de vivências entre as pessoas. Já desde a educação infantil, homens e mulheres, desde a tenra idade estabelecem vínculos e relações de afetos e sociabilidade. O professor, a professora pode através da intervenção pedagógica auxiliar na trajetória e formação cidadã.

Para além de trabalhar os aspectos cognitivos, atua área afetiva, nas questões interpessoais para que aconteça uma educação emancipadora, mais sensível e humanizadora. Neste contexto, trabalhar para além dos conteúdos, é necessário e relevante, em que os educadores e educadoras, juntamente com os alunos construam uma relação de experiências e trocas de conhecimentos. O espaço escolar é rico pela sua diversidade e por vivências trazidas pelos alunos de seu contexto social, cultural. O professor tem um papel importante e estratégico nesta mediação de contextos trazidos para a escola, para a sala de aula.

Portanto, este trabalho inicia por esta Introdução e segue com os seguintes tópicos referenciais: As Propostas do Governo e não de Estado para a Educação, Concepções de Educação numa Perspectiva de Educação Mercadológica: As Consequências na Formação dos Sujeito e A Universidade como Mecanismo de Formação para o Mercado em Contraponto à Formação da (Auto) Consciência Crítico – Reflexiva. Por fim, conclui-se o estudo com as Considerações Finais e as Referências.

As Propostas do Governo e não de Estado para a Educação

Os que estamos vivenciando na atual conjuntura vêm na contramão da história, busca cada vez mais secundarizar ou eliminar o papel do professor no contexto do processo de ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes. Será, que cabe aos Pais, a educação formal e do ensino das crianças? O que será que está subjacente nas propostas de Educação do atual governo? Ou a quem interessa a Educação domiciliar? Os pais, terão condições de assumir esta tarefa eminentemente pedagógica?

Aliás, cabe mais um questionamento: Onde, estes personagens, discutiram as metodologias de ensino-aprendizagem? Quais os especialistas de Educação foram consultados?

Todos estes questionamentos acredito que toda a sociedade brasileira precisa, perguntar e responder, pois, vai contradizer as legislações vigentes no nosso País, que tem como princípio a universalização do acesso e inclusão de todos na escola.

A Constituição Federal de 1988 com referências claras à educação escolar: por exemplo, o princípio com base no qual o ensino deve ser ministrado relativo à “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (art. 208, I). Ao mesmo tempo, “a Constituição Federal aponta nitidamente para a obrigatoriedade da presença do aluno na escola, em especial na faixa de escolarização obrigatória (...), instituindo para o Poder Público a obrigação de recensear, fazer a chamada escolar e zelar para que os pais se responsabilizem pela frequência à escola” (CF, art. 208).

Relevante se faz, analisar os argumentos que paira as defesas pela educação domiciliar, que me parece mais de interesse particular, do eu do ponto de vista da universalização do ensino, da Educação, no sentido de levar as crianças, jovens ao confinamento particular e longe das múltiplas realidades e convivências sociais, culturais que circundam os espaços sociais. Vejamos alguns argumentos, que aparece o objetivo de impedir que a criança ou jovem possa a prender todas formas de conhecimento, de teorias existentes, modelando e estabelecendo uma perspectiva de pensamento único para ser ensinado, demonstrando a ideia de pensamento único e verdadeiro.

Em segundo lugar, a família argumentou que tinha discordâncias religiosas em relação ao conteúdo lecionado.

Por princípio religioso, a impetrante discorda de algumas imposições pedagógicas do ensino regular, como, por exemplo, a questão atinente ao evolucionismo e à Teoria de Charles Darwin.

Continuamos a analisar os argumentos da defesa pelo modelo educacional de Educação Domiciliar:

Por fim, a família também alegou que tinha condições financeiras de custear o estudo em casa, com a contratação de professores para todas as disciplinas.

Nos parece que esta defesa, leva a competição, a segregação de quem tem condições e os que não tem condições. Mas, quem daria as disciplinas? Não, seria um professor, professora? Parece uma nova lógica de distanciamento das pessoas, do compartilhar, do coletivo para uma educação individualista e segregadora.

A outra defesa vai no sentido de importação de modelos de outras realidades que não são do nosso País, com culturas e realidades econômicas bem distintas do Brasil, em defesa da educação domiciliar consiste na apresentação das experiências internacionais. Especialmente, em países desenvolvidos, como o Reino Unido e os Estados Unidos, é crescente o número de crianças e adolescentes atendidos por meio da “homeschooling⁴.”

Refletindo sobre estas propostas para a Educação, me veio à memória, alguns trechos e conversações que temos feito da obra “Nós e a escola, Agonias e Alegrias, de Cortella (2018), no capítulo 30 a 32, onde nos leva a pensar o quanto a Educação é rica, desafiadora e cheia de vidas, de contrates, de amorosidades, desafios, certezas, medos e sabores”. Pois, nestes contextos, estão pessoas, que juntas compartilham sentimentos. Experimentam situações diversas, convivem com outras pessoas que são únicas e nesta singularidade, aprendem novas aprendizagens e alçam lindos voos. Mas, estas trocas são possíveis, diante do convívio com outros.

Concepções de Educação numa Perspectiva de Educação Mercadológica: As Consequências na Formação dos Sujeitos

Façamos uma pergunta, quem é o ministro da Educação? Abraham Weintraub é um executivo do mercado, há mais de 20 anos. Ele, também participou da equipe de transição do governo. Na iniciativa privada, trabalhou no Banco Votorantim por 18 anos, onde foi economista-chefe e diretor. Foi sócio na Quest Investimentos e membro do comitê de Trading da BM&F Bovespa. O novo responsável pelo MEC é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Administração na área de Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) desde 2014, atualmente licenciado. Tem vasta experiência na gestão privada e com viés mercadológico, tentará trazer estas visões de mercado para a educação. Essa visão mercadológica da Educação, já foi sentida nos cortes que foram da ordem de 29,583 bilhões de reais no orçamento de 2019. Uma nítida demarcação que a tesourada é intencional. Não há interesse no financiamento público e em especial na educação, comprometendo as pesquisas, pois, sem financiamento não terão condições de prosseguir. Estamos retornando ao passado, reinventando o Tecnicismo, quando nas propostas do atual governo, com seus decretos e perspectivas educacionais individualistas, faz com que haja uma intenção de afastar o sujeito da relação com o outro, instituindo uma relação que para Schultz (1973, p. 53) é a ideia do capital humano é que ele faz parte do homem e trabalha na perspectiva da preparação para o mercado.

Uma era que retorna aos velhos paradigmas de governos privatistas e que se configura neste contexto atual, em 2019, com a figura do um ministro.

Parece uma volta ao túnel do tempo, onde os projetos educacionais nos levam a reviver o ano de 1968, com a Reforma Universitária e a Lei da Profissionalização do Ensino Médio de

⁴ Educação domiciliar: É a prática de Educação que não acontece na escola, mas em casa. Pelo modelo, as crianças e jovens são ensinados em domicílio com o apoio de um ou mais adultos que assumem a responsabilidade pela aprendizagem.

1971, que era preparar uma boa mão-de-obra e barata para atender os interesses econômicos, a exemplo das propostas de Reforma do Ensino Médio, que tenta abolir as disciplinas de Filosofia ou qualquer outra que tenha um caráter humanístico e reflexivo.

Continuamos a retornar ao passado na década de 90, com Collor e Fernando Henrique Cardoso, vivenciamos um modelo educacional para a competitividade. Em pleno ano de 2019, depois de alguns avanços significativos na Educação, com políticas mais inclusivas, onde a grande luta se travava para ampliar o acesso, a permanência de estudantes. Um retrocesso, que para além de buscar uma educação com qualidade, experimentamos uma perspectiva de realidade de cortes na Educação e desmonte da Educação Pública. Aliás, processo iniciado no governo Temer e sendo sequenciado no atual governo eleito, que são cortes e descasos com investimentos na Educação.

Mas, o projeto de desmonte da Educação não se limita apenas nos cortes, vai além e demarca uma visão ideológica de concepção de Estado, Educação e sociedade, que tem como balizador o princípio de uma Educação Tecnocrata, individualista e discriminatória.

Um projeto de uma educação voltada para aprender a fazer, de segregação onde institui por exemplo uma proposta de educação domiciliar e a Escola Sem Partido, impõe requinte assustador, porque remete para uma lógica perversa que é de excluir diferenças, de que a escola não deve ser espaço para pensar, discutir, de reflexão e sim para desenvolver apenas habilidades técnicas, ou seja elimina uma concepção de educação, de um ensino ou de uma escola “viva”, inclusiva, plural e um espaço de trocas e convívio com as diferenças. Impõe uma nova e velha lógica de educação pautada em princípios individualistas e discriminatórios, levando-nos a pensar que teremos no futuro uma geração de estudantes e profissionais robôs, que baixam a cabeça e executam tarefas.

Estes projetos de Educação me remetem a pensar no Filme “Tempos Modernos” (1936), onde há a tentativa de transformar crianças e jovens e assim futuros adultos em sujeitos dóceis e obedientes, cegos e individualistas, que apenas baixam a cabeça e encaixam parafusos, sem pensar e refletir sobre o que estão realizando. O filme Tempos Modernos, retratava um ambiente de repetição mecânica, onde pensar, conviver, possibilitar as diferenças, não era necessário.

Apenas, seguia movimentos lineares e iguais sempre. O que isso tem a ver com a nossas realidades educacionais, que está sendo gestada? Tem muito, pois, o que querem é produzir robôs que apenas saibam executar tarefas e que simbolicamente sigam padrões de comportamentos únicos. Nesta perspectiva de educação, não tem espaço para problematização, trocas e aprendizagens com o coletivo. O filme tempos Modernos (1936), onde Chaplin é o personagem, retrata um futuro indivíduo domesticado e solitário, pronto para devorar o outro para conviver numa sociedade desigual e individualista.

A Universidade como Mecanismo de Formação para o Mercado em Contraponto à Formação da (Auto) Consciência Crítico - Reflexiva

Atualmente, um meio buscado por diversas nações para a adaptação às crescentes exigências do mercado global tem se pautado na (re)valorização da educação no aspecto global e na especificidade profissional, que tem sido vista como um elemento estratégico para a promoção da competitividade dos países. Para Imbernón (2009), os desafios gerados pela nova forma de educar consistem na docência e na inovação universitária onde o contexto imediato é a universidade, esta instituição está dentro do processo de mudanças sociais e globalização determinada pelos modelos de desenvolvimento econômicos vigentes e a sua maneira de gestão e controle acadêmico, através de indução pelas políticas e fontes de fomento voltadas para o atendimento de demanda da iniciativa privada. Deve-se “analisar criticamente o que há dentro e fora de suas fronteiras para renovar-se em uma nova universidade”, para se obter uma visão crítica do objetivo social da universidade em relação a “ciência da cultura dominante”, e repensar o modelo atual de produção acadêmica, “ainda assim, essas mudanças não podem pecar pela ingenuidade”, devem entender o contexto da economia globalizada e a padronização do modo de produção acadêmica e o consequente resultado de suas pesquisas.

As mudanças em diversos segmentos, oriundas do processo de globalização econômica, refletiram-se também na organização social, política, cultural, e consequentemente, educacional das nações em todo o mundo. Estas mudanças também chegaram à academia, influenciando diretamente o posicionamento estratégico da formação de profissionais e na pesquisa acadêmica como fatores predominantemente voltados ao desenvolvimento econômico. Essa visão vai ao encontro das bases da escola do pensamento econômico neoshumpeteriana, também denominada de escola evolucionista, pois propõe que o conhecimento e aprendizado quando combinados podem levar à geração de inovação, tão necessária ao crescimento econômico como um todo. Dosi (1984), seguidor dessa teoria, afirma que o conhecimento é importante não apenas por si só, como também por todos os seus desdobramentos, uma vez que o processo de busca de melhorias tecnológicas e organizacionais em cada firma é um processo cumulativo, ou seja, quanto mais se conhece, mais se está apto para prosseguir com a aquisição de novos conhecimentos e, sendo o processo cumulativo, aprendizados anteriores são necessários para a obtenção de novos conhecimentos, sendo fundamental, portanto, o constante investimento no processo de aprendizagem.

A academia, um lugar de formação e transformação voltado para a constituição do sujeito como agente de mudança social e elevação cultural, ou mais uma ferramenta estratégica da economia? Será que há uma inversão de papéis, em relação à educação acadêmica a serviço da economia, portanto, um produto e resultado da incessante busca de inovação? Observa-se mesmo é uma formação tecnicista em detrimento da consciência de si do indivíduo para o atendimento dos objetivos macroeconômicos, também por parte do professor, vislumbrados ainda durante a formação inicial (licenciatura), sem debater e avaliar o espaço escolar na sua realidade.

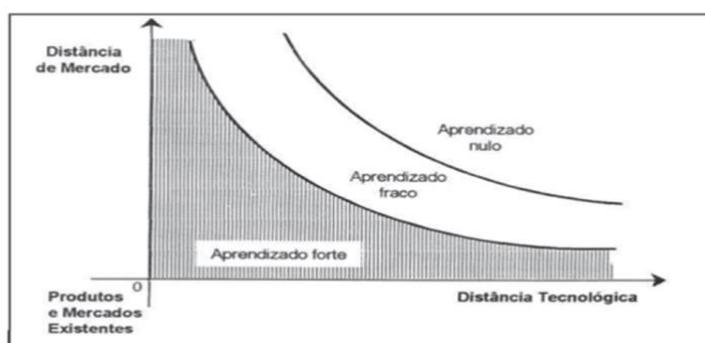
Essa preocupação com o fim ou os resultados, como também com as diversidades e apreciações dos mesmos, é, pois, uma tarefa mais fácil do que talvez pareça. Com efeito, tal [modo de] agir, em vez de se ocupar com a Coisa mesma, passa sempre por cima. Em vez de nela demorar-se e esquecer a si mesmo, prende-se sempre a algo distinto; prefere ficar em si mesmo a estar na Coisa e a abandonar-se a ela. Nada mais fácil que julgar o que tem conteúdo e solidez; apreendê-lo é mais difícil; e o que há de mais difícil é produzir sua exposição, que unifica a ambos (Hegel, 1992, p. 23).

O docente como empreendedor ou empreendedor versus docente? A intenção do mercado pode determinar os objetivos da academia e moldar a intenção, formação e vocação docente? A representativa figura acadêmica deste pesquisador pode ser reduzida a um objetivo econômico específico dentro de uma visão instrumental tecnológica? Investir na educação é desenvolver o país? Mas o investimento na economia quem está fazendo é a educação! Pois, está investindo toda a sua capacidade de desenvolvimento que se concretiza na figura do docente pesquisador, para o alcance de tal objetivo corporativo. A questão pertinente é; estamos desenvolvendo “o quê” e não “quem”.

Em particular nos países em desenvolvimento, a educação, dentro da visão evolucionista, tem sido apontada como um caminho para se implantar um novo papel ao qual o conhecimento e a educação combinados relacionam-se com a difusão de novas tecnologias, novos padrões de gestão do trabalho, de organização da produção e o que alguns autores denominam de economias baseadas no conhecimento, que por serem fortemente apoiadas no uso intensivo do saber, requereriam uma parcela maior de trabalhadores qualificados e capazes de envolverem-se ativamente na resolução de problemas. Segundo Wittaczik (2008), o surgimento de novas tecnologias no mercado fomentou expressivas mudanças no setor produtivo, de modo que as mudanças a serem implantadas na área educacional deveriam estar em sintonia para dar conta dos desafios que a modernidade, de modo particular, tem apresentado cotidianamente na dinâmica econômica. Estes desafios propostos pelo setor produtivo “desafiam” ou “seduzem”, em relação à adequação da educação ao modo capital de produção acadêmica e massificação na formação de mão de obra, também chamada de produtivismo acadêmico.

O referido produtivismo estaria relacionado diretamente à intensidade de aprendizado adquirido, estabelecida pelas características dos paradigmas tecnológicos em torno dos quais o aprendizado pode ser distribuído numa função matemática, distribuída graficamente (Dosi; Teece; Winter, 1992), conforme figura 1, na próxima página. Este gráfico evidencia a conclusão dos evolucionistas de que o tipo de base de conhecimentos envolvida nas capacitações tecnológicas é fundamental no formato e na distância em relação à origem da curva que define as fronteiras do aprendizado.

Figura 1 – Domínio de aprendizado do ambiente econômico



Fonte: Dosi, Teece e Winter (1992).

Freeman (1974), outro expoente do pensamento econômico evolucionista, foi quem primeiro apontou para a importância de um sistema organizacional de inovação baseado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para o fomento do progresso tecnológico. Segundo este autor, trata-se de reconhecer a importância de uma rede de instituições públicas e privadas, dentro de uma economia. Esta rede dinâmica permitiria financiar e executar as atividades inovadoras (projetos). Estas traduzem os resultados (produtos) do conhecimento em P&D em inovações e interferem na difusão de novas tecnologias. Em síntese, os neoschumpeterianos demonstram que a educação deve estar de acordo às exigências de mercado (empresas) e voltada à formação de empreendedores geradores de processos inovativos que levem à criação produtos (processos, firmas) com vistas ao desenvolvimento econômico. Assim, o processo de acumulação, experimentação e investigação contribui para um conceito schumpeteriano denominado de “sistema de equilíbrio perfeitamente competitivo do mercado”, ao pressupor que, a concorrência é um fator inerente ao tão desejado processo de competitividade, onde toda a inovação produzida (produto) é abarcada pelo mercado.

Dentro do olhar crítico da educação, se os objetivos da academia estiverem reduzidos ao “lema estatal” de produzir para atender ao mercado econômico-empresarial, estaremos assim, reduzindo as suas possibilidades, o seu universo, portanto, a formação do sujeito consciente-de-si. Estaremos apenas executando planos, alcançando metas, melhorando rankings e demandando mão de obra para o mercado, abrindo mão da construção colaborativa de objetivos (trans)formadores da sociedade. Não temos a certeza que a mão de obra demandada de bacharéis, especialistas, mestres e doutores será absorvida pelo mercado.

Através do simples acolhimento, sem a visão crítica destes objetivos, defendida neste trabalho através do olhar da educação, as formações docente, profissional e de pesquisa estão sendo conduzidas para a privação da autonomia e direcionamento de aprendizado e investigações acadêmicas aos interesses prioritários da economia, ao mesmo tempo em que o Estado aumenta a sua regulação e controle. Relevando assim, a formação docente, cultural e o aspecto de (trans)formação social, em detrimento da prioridade ao aspecto econômico e o seu desenvolvimento. Novamente a economia dita os rumos da educação, de outras áreas do conhecimento e conseqüentemente a função das pesquisas na academia.

Dentro desta concepção neoschumpeteriana a inovação na formação profissional e pesquisa acadêmica, a universidade cada vez mais se torna instrumento para a produtividade econômica e atendimento de mercado, tornando comum e “aceitável” diminuir os objetivos “autônomos” da academia para o desenvolvimento econômico de produtos e mercados.

O termo universidade tornou-se vago e abstrato. Usado e abusado até ultrapassar os limites do aceitável na denominação de dezenas de universidade corporativas no país [...] denomina hoje realidades extremamente diversas confundindo tanto o especialista quanto o homem comum. Em outras palavras, já se foi o tempo em que se podia identificar a universidade com uma instituição de profundo significado histórico, que, autônoma e “mansião da liberdade” de pensamento, produz, conserva e distribui o conhecimento em todos os campos do saber, além de formar profissionais críticos demandados pela sociedade que os sustenta (Sguissardi, 2002, p. 242).

Padronizam-se os processos de produção e produtividade, e neles os sujeitos “coisificados” ou “cegados”, cerceados de sua universalidade e visão crítica para uma (trans)formação social, que é muito “cara” para o Brasil e a latinoamérica.

Obtém-se o mesmo resultado colocando um cego entre as riquezas do mundo supra-sensível (se é que as tem, quer se trate do conteúdo próprio desse mundo, quer da consciência desse conteúdo), ou então [pondo] um homem que tenha visão no meio das trevas puras, ou, se preferem, da pura luz (caso o mundo supra-sensível seja isso). O homem que tem vista enxergará tão pouco em sua luz quanto em suas puras trevas - exatamente como o cego na abundância das riquezas que se estendem diante dele (Hegel, 1992, p. 124).

Dagnino (2009) reforça essa conclusão ao afirmar que a inovação, gerada através do processo de pesquisa nos centros de estudos tecnológicos (universidades), foi cunhada no contexto dos países de capitalismo avançado para designar um conjunto de atividades que engloba desde a P&D até as novas técnicas de comercialização derivadas de intensa aplicação do conhecimento, que tem por objetivo principal melhorar a condição de empresas e conseqüentemente promover o desenvolvimento econômico das nações, de modo a proporcionar através disso o “bem-estar social”. Ainda conforme o autor, esse conjunto que é aqui referido mais pelos resultados que sua aplicação produz do que pelos conceitos e relações específicas que engloba, é originário da visão econômica evolucionária, também denominada de corrente econômica neoschumpeteriana.

A Covid 19 no Brasil e o ensino Remoto: A proposta de educação domiciliar em xeque

A proposta anteriormente pensada pela equipe do governo do Brasil, Bolsonaro, foi colocado à prova, neste ano de 2020, onde o mundo e no Brasil, sofremos com a pandemia, o Covid 19 e que toda a população mundial e no nosso país, tiveram que obedecer às determinações mundiais da Saúde, em colocar-se em isolamento social. Este isolamento, fez com que nossas realidades e formas de vida, se alterassem. Na educação não foi diferente e Brasil, tanto na educação básica até ao ensino superior, também teve que se adaptar às novas exigências para dar continuidade aos processos de ensino, pesquisas e extensão. A tecnologia foi a ferramenta agregada nesta nova forma de ensinar e aprender.

Mas, porque a pandemia, o covid 19, coloca ou colocou em xeque a discussão da educação domiciliar no Brasil? Com ao advento das propostas do ensino remoto tanto no âmbito municipal, estadual e federal, se percebeu as grandes distancias de realidades no nosso País, que acabou escancarando as mazelas, os diversos “Brasis” existentes, no que se refere ao acesso às ferramentas tecnológicas. As dificuldades enfrentadas tanto no acesso à tecnologia, redes de internet até a formação tecnológica configuraram em disparidades em toda a extensão territorial. Alunos e professores expuseram as dificuldades encontradas na relação ensino-aprendizagem, mas, em especial escancararam as desigualdades de acesso à tecnologia.

Outra questão, importante e que dialoga com a proposta de educação domiciliar pelo governo, foram as grandes dificuldades das famílias em acompanhar os filhos durante a pandemia. As famílias relataram o quão difícil está sendo esta tarefa de administrar o tempo escolar dos seus filhos e em especial, de orientar o processo ensino-aprendizagem. O que significa, dizer que não basta um governo importar sistema de educação sem discutir com as realidades locais de um povo, de um país. O que pode ser bom para uma determinada realidade

ou mesmo para um País, para outro não é possível ser efetivado. Há uma grande desigualdade entre os alunos de escolas públicas e particulares. Sem falar que por conta dos severos cortes e redução de investimentos na Educação, por conta da aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 e pela COVID 19, esta diferença torna-se brutal e revela assim, a triste realidade educacional, da própria realidade das famílias brasileiras em termos de acesso a tecnologia e condições de aprendizagens dos nossos estudantes. Importante, salientar que as plataformas disponíveis, as vídeos-aulas, muitos alunos não conseguiam manusear por falta de acesso à internet, com isso ficando sem assistir as aulas. Sem falar que até mesmo os professores encontraram dificuldades com as novas tecnologias. Podemos, assim, imaginar como as famílias também sentiram as dificuldades com as ferramentas tecnológicas, bem como nas orientações pedagógicas. Questionamos todo tempo até que ponto as redes ensinam os estudantes os estudantes conseguem aprender? Percebemos as dificuldades, as angústias dos estudantes, dos professores e das famílias neste processo de ensinar e aprender em tempos de pandemia. Uma realidade cruel, porque no futuro, veremos as consequências desta realidade de ensino remoto, onde não temos a certeza do que realmente foi aprendido pelos alunos. O que é certo, que as propostas importadas e a tentativa de implementação da Educação domiciliar pelo governo brasileiro, acabou com a pandemia sendo desmascarada e sinalizada como algo, bastante distante de ser efetiva no País, face todas as dificuldades de acesso as tecnologias pelos alunos e também realidade socioeconômicas das famílias brasileiras. Uma família que precisa sair de casa para trabalhar, sobreviver, não tem como dedicar um tempo integral no auxílio das tarefas escolares. Alguns, poderiam contratar professores, mas, uma realidade de poucos que detém as condições financeiras. Por isso, que projetos ou propostas a exemplo que no Brasil, querem importar (neste momento está deixado de lado a ideia), não tem como ser efetivado, frente as realidades desiguais no nosso País. Sem falar, que do ponto de vista pedagógico, das relações que entendemos que a educação deve ser humanizadora, este projeto de educação domiciliar leva para a individualização das pessoas.

O isolamento por conta do COVID 19, fez com que todos expressassem o quanto difícil, foi ficar sem o contato com os colegas, professores e professoras, demonstrando que ao fato e as relações sociais são importantes para o crescimento das pessoas. Com este momento que enfrentamos a Pandemia, percebeu o quão importante é o trabalho dos professores e o contato. As ferramentas tecnológicas, são importantes e podem ser aliadas ao processo de ensino-aprendizagem, mas, tendo o professor como mediador da realidade. Os encontros presenciais, no espaço sala de aula, neste isolamento, foi relatado como algo importante e necessário nas relações sociais, culturais e de aprendizagens dos estudantes, em todas as etapas de ensino, do fundamental ao superior presencial. A pandemia, apontou a importância da escola, do espaço escolar, da instituição escolar. A escola é um importante e auxilia no desenvolvimento social, aprimorando habilidades e competências dos sujeitos. Desempenha um papel fundamental na formação do conhecimento, dos valores, da boa convivência e sociabilidade. Através do cotidiano escolar, o sujeito estabelece relações e compreende a forma de organização da sociedade pelo qual estão inseridos e juntos estabelecem vínculos de amorosidade, fraternidade e solidariedade.

“é na convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos sóciohistórico-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e

autonomia do educando. Pressupõe romper com concepções e práticas que negam a compreensão da educação como uma situação gnoseológica.” (Freire, 1996, p. 11).

As palavras de Paulo Freire (1996), salienta a importância da relação dos aspectos de sociabilidade, de relação de afeto entre professores e alunos, e da mesma forma entre os próprios estudantes. Uma proposta que privilegia o processo de individualização entre alunos e professores, acentua uma concepção de educação, de visão de mundo voltada para o individualismo e competição entre as pessoas, de forma autoritária e desumana.

A aprendizagem, as trocas entre os pares, o diálogo, o pensar “juntos”, permite que educadores e educandos trocam saberes e aprendem entre si, com vistas a transformação de si e do outro, mediado pela troca de suas experiências e modo de vida. Paulo, Freire (1996), diz ainda que:

“Nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador igualmente sujeito do processo” (Freire, 1996, p. 26).

Quer dizer que não é possível uma educação transformadora, onde os alunos nestes tempos virtuais e que no nosso caso o governo acenava para uma proposta de educação domiciliar, ocorra uma educação emancipadora e fraterna. Na realidade pandêmica, o que vimos são crianças, jovens e adultos que se tornaram uma espécie de avatar. Não nos enxergamos mais, ficamos por de trás de uma câmara oculta. E quando aparecemos, nem nossa face é real, são avatares, nos distanciando cada vez mais do contato visual. Será que é essa educação e metodologia de ensino que queremos. Será que a tecnologia, por mais importante que seja têm o poder de afastar o que há de mais rico e prazeroso no processo educativo, que são as relações afetivas com os outros? É possível, que uma educação domiciliar num país de tamanha diferença existentes em todos os aspectos sociais, culturais e econômico, dará conta de educação comprometida e inclusiva? Acreditamos que pelos princípios que acreditamos e por uma defesa de uma educação transformadora e com princípios cidadãos, não é o caminho que devemos seguir praticas cotidianas, criando um comprometimento do aluno com a comunidade à qual pertence. Nessa práxis da amorosidade, nessa troca de afetividade e de saber, o professor também desenvolve constantemente seus potenciais, crescendo todos os

Considerações Finais

Parece que há um desconhecimento ou não cumprimento das bases legais que asseguram o ensino nas escolas, bem como a obrigatoriedade do Estado em prover essa Educação.

Concluindo, contido no Projeto de Lei, que pretende instituir a Educação Domiciliar, ferem a finalidade da Educação que é de promover “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDB, art. 2º).

Segundo parecer CEB/CNE, a Educação é dever do Estado e da família, “porque a família, só ela, jamais reunirá as condições mínimas necessárias para alcançar objetivos tão amplos e complexos”. Humana e a tolerância, fundamental a vida em sociedade. O que parece que uma proposta de Educação domiciliar, restringe e estreita laços de trocas, de afetividade e conhecimentos plurais e diversos, que no contexto da sala de aula, são ricos e transversais, para o exercício pleno de uma cidadania.

No âmbito da reforma do Estado e das configurações das políticas educacionais, as avaliações em larga escala são os principais mecanismos balizadores que direcionam para uma solução técnica relativa à qualidade da educação, sendo esta apontada em indicadores refletidos por provas anuais e/ou bienais, como por exemplo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), ambos voltados à educação básica, dentre outros modelos de avaliação aplicados em diferentes segmentos da educação pública. Nessa perspectiva, o trabalho do professor é focado em apresentar tecnicamente os conteúdos preparando os estudantes principalmente para estas avaliações, que demonstram o desempenho geral de aluno, escola e esfera de poder em relação à qualidade da educação.

As perspectivas para a formação docente no setor público, no contexto atual, apontam para o que se denomina de “tecnólogo da educação”. Isso porque as políticas públicas desenvolvidas no espaço escolar em geral apenas dimensionam o docente para ações de produtividade, fragmentação e resultados de avaliações educacionais. Assim, o “tecnólogo da educação” é o profissional que não reflete e não discute as políticas educacionais e satisfaz os objetivos destas contribuindo para a permanência e o sucesso dos resultados das avaliações em larga escala, e assim interpreta (equivocadamente) o resultado obtido como qualidade do trabalho desenvolvido, alinhado à política de mercado.

Vivemos numa sociedade desigual como a brasileira, a autorização do ensino domiciliar implicaria aumento das desigualdades sociais. Já existe uma separação entre o filho do rico e do pobre, essa proposta aumenta mais ainda as desigualdades, que não oportuniza a interação igual entre os grupos sociais existentes e defender a segregação não é o melhor caminho para a formação de cidadãos e cidadãs.

Dentro do olhar crítico da educação, se os objetivos da educação na formação de profissionais, principalmente pela pesquisa acadêmica na pós-graduação brasileira, estiverem reduzidos ao “lema estatal” de produzir para atender ao mercado econômico-empresarial, estaremos assim, reduzindo as suas possibilidades, o seu universo, portanto, a formação do sujeito consciente-de-si. Estaremos apenas executando planos, alcançando metas, melhorando rankings e demandando mão de obra para o mercado, abrindo mão da construção colaborativa de objetivos (trans)formadores da sociedade. Não temos a certeza que a mão de obra demandada de mestres e doutores será absorvida pelo mercado. Este sistema evolucionista econômico aplicado à pesquisa acadêmica pode cada vez mais amordaçar, ou criar o silêncio docente, em relação à voz crítica. Formadores de opinião cada vez mais empreendedores, a serviço do desenvolvimento econômico do Estado. Relevam-se então ao posto de “objetivos secundários” o ensino, a extensão e os conhecimentos acadêmicos voltados para a sociedade como um todo, transformando especificamente o saber acadêmico desenvolvido na Pós Graduação Brasileira, para a forma única de um produto.

Bibliografía

ABREU, Maria. (2017) Formada em História e Direito. Professora da Educação Básica. Diretora do CPERS e CNTE. Secretária de Educação de Caxias do Sul. Presidente da Undime/RS. Secretária de Educação do RS. Vice-presidente do Consed. Co-autora e autora de artigos e livros. Consultora da CNM.

BRASIL (1996). Lei nº 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União.

_____(1971) . Lei nº 5.692/71. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

_____(1988) Texto constitucional promulgado, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008.

CHAPLIN, Charles (1936). Tempos Modernos (Modern Times), EUA: 1936.

CORTELLA, Mario Sergio (2018). Nós e a escola: agonias e alegrias. Petrópolis, RJ: Vozes.

DAGNINO, Renato (2009). Tecnologia Social. In: Hespanha, Pedro ET AL. Dicionário Internacional de outra economia. Portugal: Gráfica Coimbra.

DOSI, Giovanni (1984). Technical change and industrial transformation. London: Macmillan.

DOSI, Giovanni; TEECE, D.; WINTER, Sidney Graham (1992). Toward a theory of corporate coherence: Preliminary Remarks. In: DOSI, G.; GIANNETTI, R.; TONINELLI, P. A. (Eds.) Technology and enterprise in a historical perspective. New York: Oxford University Press.

FREEMAN, Christopher (1974). Economics of industrial Innovation. Penguin: Middlesex.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (1992). Fenomenologia do espírito. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes.

IMBERNÓN, Francisco (2009). Formación e innovación en la docencia universitaria en la universidad del siglo XXI. In: LAMARRA, N. F. (Org.). Universidad, sociedad e innovación. Una perspectiva internacional. Buenos Aires: EDUNTREF, p.179-190.

SCHULTZ, T (1973). O capital humano. Rio de Janeiro, Zahar.

SGUISSARDI, Valdemar (2002). Rumo à universidade competitiva: na modernização conservadora a universidade perde sua face, sua alma e sua identidade histórica. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 239-268, jul./ dez.

WITTACZIK, Lidiane Soares (2008). Educação profissional no Brasil: histórico. *Revista E-tech: tecnologias para competitividade industrial*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, jan/jun.